



Junho, 2004 – n.04

publicação da



Notícia do mês

Ultimos movimentos na negociação Mercosul e UE

XIV CNB- 09 a 11/06- Mercosul e União Européia (UE) não conseguiram resolver suas diferenças e avançar para um acordo de livre comércio entre as duas regiões nos dois encontros que realizaram esta semana em Buenos Aires, admitiu a diplomacia argentina.

Os negociadores da Comissão Européia voltaram a apresentar um nível de ambição extremamente alto em alguns temas como serviços, investimentos, compras governamentais, entre outras (ressalta-se também a ofensividade dos europeus em pesca). De outro lado, os representantes da Comissão Européia apresentaram uma proposta rebaixada em agricultura e produtos agrícolas processados (por exemplo, as cotas e rebaixamentos de tarifas prometidos ficaram expressos como "para serem implementados ao longo de 10 anos"), provocando desânimo entre representantes do agronegócio presentes a Buenos Aires. Além disso, os representantes europeus consideraram a proposta de acesso a mercados, apresentada pelo Mercosul, como uma "não-proposta", isto é, avaliam que ela não serve como ponto de partida para a negociação. Dizem ainda que os países membros do bloco europeu consideram que estariam cedendo muito mais do que estariam conseguindo, e por isso tem pressionado os representantes da Comissão Européia.

O processo negociador apresentou ainda algumas dificuldades adicionais. Foram debatidos no interior dos países do Mercosul e com os europeus temas como a tributação aduaneira (os europeus argumentam que os produtos pagam tributos quando são descarregados em um porto do Mercosul e pagam novo tributo ao cruzar cada fronteira - por exemplo, um produto europeu que seja descarregado em Santos paga aí, mas se depois passar para o Paraguai, paga de novo) e as diferenças de regras fitossanitárias entre os países do Mercosul, o que faz com que também hajam restrições a circulação de produtos. Alguns países argumentaram muitas dificuldades para unificar regras (o Uruguai, no caso de regras fitossanitárias, e o Paraguai, que argumenta que a receita de aduanas corresponde a cerca de 18% de toda sua arrecadação tributária). Ou seja, o tema cobrado pelos europeus é muito problemático para o Mercosul.

Diante das dificuldades no avanço das negociações, o subsecretário de Integração Econômica, Eduardo Sigal, cogitou a possibilidade de assinatura de um acordo menos ambicioso entre o Mercosul e a UE em outubro.

promoção



Coordenadora de Centrais
Sindicais do Cone Sul

edição



Consultoria Econômica Social Integrada

A Argentina propõe a criação de uma comissão para a administração do acordo, com cláusulas que permitam aprofundar as discussões depois. O assessor de Política Externa brasileiro, Marco Aurélio García, também não descartou a idéia de um "acordo light" em declarações à imprensa na véspera. "Esta possibilidade sempre existe e nem sempre é ruim", avaliou.

Reunião durante a UNCTAD – 13 a 16/06 – As negociações avançam um pouco - Depois do fracasso das reuniões técnicas entre ambas as partes na semana passada em Buenos Aires, os ministros de Relações Exteriores dos países do Mercosul e o comissário europeu de Comércio, Pascal Lamy, se reuniram neste domingo em São Paulo e manifestaram seu otimismo a respeito das negociações.

Ambas as partes disseram que, para "aproveitar o ambiente otimista de São Paulo", prosseguirão, a partir deste mesmo domingo, suas reuniões técnicas e voltarão a se encontrar em nível ministerial esta semana, a fim de dar um apoio político às negociações e facilitar a assinatura do acordo em outubro.

Os negociadores da UE e do Mercosul afirmaram que o capítulo de investimentos foi o que mais avançou nas negociações deste domingo e que, por outro lado, o de compras governamentais foi o que mais mostrou dificuldades.

Segundo o vice-chanceler argentino, Martín Redrado, "esclarecemos os pontos das propostas de ambos os lados e acabamos com a impressão de que não havia ofertas satisfatórias para nenhuma das partes".

"Também ficou claro que estamos negociando entre duas regiões com níveis de desenvolvimento diferentes e que não se pode exigir o mesmo nível de redução tarifária para as duas partes", acrescentou.

Os negociadores do Mercosul também estão dispostos a elevar o número de bens negociados com os europeus.

A proposta apresentada em maio pelo Mercosul, bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, previa reduções das barreiras tarifárias para 87,9 por cento dos bens comercializados entre ambas as partes, e a nova proposta prevê uma abertura de 90 por cento, segundo Arslanian.

A proposta da UE, que também poderá ser melhorada, dá acesso preferencial para 99 por cento de seus produtos agrícolas e pede a liberalização de 87 por cento do total de bens. Apesar do otimismo geral, Lamy e os chanceleres do Mercosul reconheceram que as dificuldades ainda são enormes.

Além do encontro entre o Mercosul e a UE, ocorreu hoje uma reunião informal paralela à UNCTAD entre os representantes dos Estados Unidos, da União Européia, do Brasil, da Austrália e da Índia, o chamado NG5 (Non Group 5). Nela, os países buscam conseguir avanços para destravar as negociações agrícolas na Organização Mundial do Comércio (OMC) (www.ultimosegundo.ig.com.br, 11 e 13 junho 2004).

Disputa pela exploração da pesca pode travar acordo UE-Mercosul

Deixada em segundo plano nos últimos debates entre Mercosul e União Européia, a questão da pesca surge atualmente como um virtual ponto de entrave nas negociações para um acordo de livre comércio entre os blocos.

No início do mês que vem, em Buenos Aires, o tema será tratado como estratégico, em mais uma reunião do CNB (Comitê de Negociações Birregionais).

De um lado, a Europa quer a autorização do bloco para navegar e pescar na Zona Econômica Exclusiva brasileira, entre 12 e 200 milhas náuticas da costa e, ao mesmo tempo, busca respaldo na OMC (Organização Mundial do Comércio) para que países, como o Brasil, não troquem o arrendamento de barcos europeus por investimentos em frotas nacionais.

Do outro lado do Atlântico, o Brasil (que integra o bloco ao lado de Argentina, Paraguai e Uruguai) se mostra irredutível. Afirma que a costa do país é inegociável, anuncia um pacote de metas para aumentar a captura e a conseqüente exportação de peixes e ainda promete partir para pescas em águas internacionais.

"Espero que [a pesca] não seja um entrave nas negociações. Tem de haver contrapartidas, pois queremos que as empresas europeias venham investir na pesca, o que gera empregos por aqui", disse Régis Arslarian, diretor do Departamento de Negociações do Itamaraty e um dos principais negociadores do país.

"A proposta da União Europeia [em relação à pesca] é inegociável. Não vamos flexibilizar nada. Eles acabaram com os peixes deles e agora querem acabar com os nossos", disse Rosária Costa Baptista, diretora do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento e que atua nas discussões técnicas entre os blocos.

"Elas [eventuais concessões] relativizam a soberania do país sobre a sua Zona Econômica Exclusiva e contrariam as estratégias definidas pelo governo para a aquicultura e a pesca no Brasil", disse o subsecretário de Planejamento da Pesca, Gérson Teixeira.

Na semana passada, o Brasil já deu uma pitada de protecionismo no setor. A pedido do ministro José Fritsch (Secretaria Especial da Pesca), a Camex (Câmara de Comércio Exterior) decidiu elevar a alíquota de importação da sardinha de 2% para 10%. Alegou-se o aumento da produção nacional.

Especificamente sobre a pesca, os termos de negociações bilaterais estão a cargo da secretaria de Fritsch, que diz acreditar no sucesso das negociações, mas se mantém disposto a não ceder ao pedido dos europeus.

Em 2003, o Brasil capturou, para exportação, cerca de 110 mil toneladas de peixes, o que gerou US\$ 419 milhões (cerca de R\$ 1,3 bilhão). Até 2006, o governo promete duplicar os dados. *(Folha de SP 24/05/04)*

Mercosul-CAN

Comunidade Andina vai assinar acordo com Mercosul

As perspectivas são positivas. O presidente do México, Vicente Fox, estará presente no evento para comunicar formalmente que seu país vai solicitar seu ingresso como associado ao bloco do Cone Sul. Além disso, os líderes da Comunidade Andina (Venezuela, Equador, Peru e Colômbia) assinarão um acordo de livre comércio com o Mercosul.

Trata-se de um passo importante não apenas sob o aspecto comercial. No segundo caso, politicamente, isso significa a integração de toda a América do Sul, por meio da união dos dois blocos.

Por outro lado, enquanto as negociações da ALCA não andam, os Estados Unidos continuam fechando acordos bilaterais com praticamente toda a América Latina. Nesses tratados, os países cedem em tudo o que os americanos pedem em troca de mais comércio: serviços, investimentos e compras governamentais, que são áreas estratégicas para o Brasil. O governo brasileiro só admite abrir esses setores na amplitude que os EUA pedem na rodada da OMC, ou seja, na esfera multilateral.

Daí outro desafio para os brasileiros: continuar lutando para que o G-20 — grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil, China e Índia, contrários aos subsídios agrícolas — se mantenha unido e consiga o máximo de expansão dos mercados dos países ricos para seus produtos e o maior número possível de vitórias na OMC.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também estará voltado, em sua política externa, para a procura de eixos não-tradicionais. No fim deste ano, Lula receberá em Brasília os líderes dos países do Oriente Médio. A idéia é reforçar não apenas o estreitamento dos laços políticos com as nações árabes, mas também aumentar o comércio. *(O Globo, 31/05/2004)*

"Espírito de SP" reafirma uma nova geografia comercial no hemisfério

Termina hoje a 11ª reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), com a aprovação de um documento, intitulado "o Espírito de São Paulo", apresentado pela delegação brasileira. Na visão do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o documento resume a essência das discussões mais importantes da conferência.

Não por acaso, o documento, que foi aprovado pelas 160 delegações presentes à UNCTAD, também sintetiza muitas das visões da política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva. No parágrafo 13º, a declaração, obtida pelo Valor, faz menção "a nova geografia do comércio", que é defendida por Lula.

Segundo a declaração, estão emergindo novos centros comerciais no Hemisfério Sul e é preciso criar iniciativas para facilitar o processo. Um exemplo é o Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), cujo lançamento da uma terceira rodada de suas negociações foi o ponto alto da reunião da UNCTAD.

O ministro defendeu a idéia mencionada pelo presidente Lula em painel da UNCTAD, de que é preciso incrementar o comércio com os países do Hemisfério Sul, mesmo que a preços mais altos. Para Amorim, é uma opção melhor, no longo prazo, do que comprar produtos subsidiados dos desenvolvidos. O ministro não descartou um incentivo governamental para que isso ocorra.

Outra bandeira política de Lula também é mencionada: a criação de fundos internacionais de combate à fome. "Instrumentos políticos e medidas, nos níveis internacionais e nacionais, devem ser adotados, em particular nas áreas de comércio e financiamento, incluindo novas iniciativas financeiras".

O documento também faz veemente defesa da conclusão das negociações da Rodada Doha, com resultado positivo para os países em desenvolvimento. E enfatiza a necessidade de reforçar o mandato da UNCTAD. "Por colocar o desenvolvimento no centro das negociações multilaterais pela primeira vez, o programa de trabalho de Doha converge com o fortalecimento do mandato da UNCTAD", diz o documento. A entidade estava sendo esvaziada pelos países ricos.

Também será referendado hoje outro documento, mais amplo, que é a declaração final da 11ª UNCTAD e está intitulado "Consenso de São Paulo". Entre outros temas, esse documento defende democracia e direitos humanos. A 12ª reunião da UNCTAD está prevista para ocorrer em 2008. Alguns países fizeram propostas, entre eles Moçambique, que conta com a simpatia do governo brasileiro.

"A UNCTAD foi um ímã para vários eventos", enfatizou Amorim, referindo-se às negociações paralelas que ocorreram pouco antes do início oficial da conferência. A mais importante delas reuniu os ministros de Brasil, Índia, Austrália, Estados Unidos e União Européia no último domingo (www.folha.uol.com.br, 18 junho 2004).

Países ricos y pobres inician conversaciones de comercio en Brasil

Representantes de naciones ricas y pobres de todo el mundo, reunidos en Sao Paulo, tratarán de reducir sus diferencias sobre comercio agrícola y volver a encarrilar las negociaciones mundiales de comercio.

La reclamada reforma al comercio agrícola será el tema clave del diálogo informal de ministros, dirigido a lograr acuerdos básicos en las negociaciones de la Organización Mundial de Comercio (OMC) antes que se cierre una ventana de oportunidad a fines de julio.

Los participantes clave son Estados Unidos, la Unión Europea (UE) y el Grupo de los 20 (G20) países en desarrollo, liderado por Brasil, la India y Sudáfrica, que representan más del 70 por ciento de los productores agrícolas y el 60 por ciento de la población del mundo.

La Ronda Doha de la OMC de conversaciones comerciales, iniciada en el año 2001, se estancó el año pasado debido a las profundas diferencias sobre aranceles aduaneros y subsidios agrícolas.

Rodeados por barreras metálicas y cientos de policías y soldados, los ministros se reunieron al margen de una reunión de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) que se extenderá hasta el viernes.

Brasil, un importante exportador agrícola, e India, con aranceles más altos para proteger a sus pequeños productores, han mantenido unido al G20, pese a presiones de las naciones ricas, y buscan que se reduzcan las barreras en la UE y de Estados Unidos a sus productos agrícolas y manufacturados.

Más del 80 por ciento de las exportaciones mundiales son producidas por solamente 10 naciones, según la UNCTAD. Seis de las 10 naciones más pobres del mundo están peor actualmente que hace 20 años, según la organización Oxfam International.

Los subsidios permiten a los agricultores de la UE y de Estados Unidos vender sus productos en los mercados mundiales a precios inferiores a su costo y dificultan la competencia de los bienes de los países pobres.

El secretario general de las Naciones Unidas, Kofi Annan, recordó a los delegados de la UNCTAD el sábado que están demandando los mismos accesos a los mercados agrícolas de los países desarrollados que hicieron cuando se formó la UNCTAD en 1964.

El momento clave de la ronda Doha puede perderse si no se alcanza un acuerdo antes de finalizar julio, cuando Estados Unidos comenzará a centrarse en sus elecciones presidenciales y la UE se prepare para cambios ejecutivos. Pueden pasar meses o años antes de que las conversaciones puedan reanudarse.

El ministro brasileño de Relaciones Exteriores, declaró la semana pasada que la eliminación de los subsidios de exportación de los países ricos y una reducción sustancial de sus subsidios internos constituyen la prioridad de las conversaciones. (www.cnnenespanol.com, 13 junho 2004).

Sul-Sul

Negociação Sul-Sul entre 40 nações vai ser retomada

Um dos pontos altos da reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Comércio (UNCTAD), será o lançamento de uma ambiciosa rodada de negociações para redução de barreiras ao comércio entre pelo menos 40 países em desenvolvimento será segundo esperam as autoridades brasileiras e o secretário-geral da própria UNCTAD, Rubens Ricupero.

A rodada usará um mecanismo dos anos 80, o Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), que permite aos 40 países trocarem vantagens comerciais, sem necessidade de estendê-las a outros parceiros na Organização Mundial do Comércio (OMC) - o que o Itamaraty vem chamando de acordo Sul-Sul, por reunir países situados, na maioria, nesse hemisfério.

" O acordo prevê não só a liberalização comercial, como a possibilidade de cooperação em matéria de investimentos e joint ventures, o que pode ser o arcabouço para integrar estruturas produtivas nesses países " , anima-se o subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Clodoaldo Huguene. " Resolveu-se fazer uma terceira rodada do SGPC porque as circunstâncias mudaram, o comércio Sul-Sul está crescendo, há uma base concreta para ampliar os laços " , acrescenta.

Criado no fim dos anos 80 para facilitar as relações comerciais dos países então no chamado 77 (hoje com 135 países em desenvolvimento), o SGPC já teve duas rodadas de negociação, todas de pequeno impacto, limitadas a trocas de propostas de redução de tarifas para produtos específicos.

A intenção da Argentina, que coordena a nova iniciativa, com apoio do Brasil e de países como Malásia e Tailândia, é criar uma fórmula mais efetiva de derrubada de barreiras entre os países menos desenvolvidos, com um mecanismo de redução linear de tarifas para um grande número de produtos.

Em São Paulo, os países deverão marcar a data para que se defina o método a ser adotado na redução adicional de barreiras de importação entre os países do SGPC.

A negociação do SGPC serve ao Itamaraty como mais um estímulo à diversificação dos mercados de exportação brasileiros e à ampliação do apoio às propostas do Brasil e seus aliados na OMC, com ofertas para os países mais pobres. Os diplomatas são os primeiros a advertir, porém, que vêem o mecanismo como um meio " complementar " de abertura comercial (www.ultimosegundo.com.br, 07 junho 2004) .

EUA e UE aceitam cortes nas tarifas

A União Européia e os Estados Unidos sinalizaram que aceitam a proposta do Brasil e de seus aliados do G-20 para que sejam feitos cortes maiores nas tarifas mais altas na importação de produtos agrícolas.

A tarifa média sobre produtos agrícolas no comércio internacional é de 62%. A proteção nas fronteiras é especialmente forte sobre carnes, açúcar, tabaco, lácteos, todos de alto interesse exportador brasileiro. Pelo plano do G-20, a negociação na OMC deve atacar picos tarifários que chegam a 550% em países como Noruega e Japão. Os países desenvolvidos devem cortar proporcionalmente mais que as nações em desenvolvimento.

A sinalização positiva da União Européia pode impulsionar o grupo protecionista G-10, que inclui Japão, Suíça, Noruega e Suíça, a também flexibilizar sua posição sobre acesso a mercado. A contrapartida é poder liberalizar menos nos produtos ditos sensíveis, como carnes e açúcar.

Durante toda esta semana, na OMC, haverá sessão especial de negociação agrícola. Mas, sobretudo, é o chamado "não grupo dos 5" - Brasil, EUA, União Européia, Austrália e Índia - que deverá decidir o rumo da negociação.

Uma das questões principais a serem resolvidas é a da equivalência na competitividade das exportações. A idéia é reafirmar-se uma data para o fim dos subsídios à exportação agrícola - sujeito a passos equivalentes para resolver outras formas de subvenção, como crédito à exportação e ajuda alimentar. Mas falta estruturar esse paralelismo. E o problema, como sempre, está nos detalhes.

Sobre subsídios domésticos, os EUA parecem ter apoio para transferir subvenções contracíclicas (pagamentos ao agricultor crescem quando os preços caem) da "caixa amarela" (subsídios sujeitos a redução) para a "caixa azul" (atualmente sem limite de corte). O G-20, porém, quer definir limites e outras disciplinas.

O diretor-geral da OMC, Supachai Panitchpakdi, diz esperar que na sexta-feira o tradicional relatório do mediador Tim Groser sobre o estado da negociação traga avanços. No entanto, parece claro que um texto sobre os princípios da negociação só sairá até final de julho se for suficientemente vago - e complicador mais tarde - para todo mundo considerar que suas demandas foram atendidas.

Ningún acuerdo sin aval popular

Las organizaciones que participaron en el *Encuentro social América Latina, Europa y el Caribe, Enlazando alternativas*, exigieron que cualquier acuerdo entre ambas regiones incluya la aprobación de los pueblos.

En la declaración final de la reunión convocada por los *altermundistas* se reconoce que para lograr los objetivos planteados es necesario modificar las formas de organización y educación; en especial, realizar un "monitoreo" especializado y constante respecto a las acciones de las empresas transnacionales que operan en ambos lados del Atlántico.

Como en otras ocasiones, ratificaron su voluntad de lucha por avanzar hacia un modelo económico alternativo que coloque en el centro del desarrollo los derechos sociales, laborales, ambientales y culturales de los pueblos.

Reunidos en el auditorio Salvador Allende de la Universidad de Guadalajara, expusieron ponencias y propuestas integrantes de la Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio, Alianza Social Continental, Sindicato Mexicano de Electricistas, Frente Auténtico del Trabajo, Iniciativa Copenhague para América Central, Colectivo Francia, Consejo Indígena Popular de Oaxaca, Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario y Comunidades de Chiapas, entre muchos otros.

Al final de las mesas de trabajo temáticas coincidieron en que "es necesario impedir acuerdos de libre comercio o de integración" impulsados por los gobiernos desde la lógica neoliberal.

En la declaración final del encuentro de organizaciones no gubernamentales fueron delineadas propuestas de organización, educación y difusión a la opinión pública, así como acciones comunes y compromisos.

Aquí definieron al "monitoreo" de las compañías transnacionales como factor indispensable para alertar a la población ante los posibles efectos de lo que hacen los grandes capitales, es decir, "no sólo reaccionar cuando ya sucedió, o tenemos el proyecto encima".

Como último acto, los *altermundistas* realizaron un foro de apoyo a Cuba, en el que criticaron que la Unión Europea "se alinee cada vez más a la posición de Estados Unidos en contra de la isla. Es necesario ampliar la solidaridad con el pueblo cubano, aun cuando los propios gobiernos de América Latina voten en contra del gobierno de La Habana" (www.lajornada.mx, 28 maio 2004).

Uma agenda social para o continente

Em sua parte propositiva, o documento defende que, no lugar de acordos que seguem priorizando o "livre-comércio" acima do diálogo político e da cooperação, os povos da Europa, da América Latina e Caribe desejam uma relação justa e equitativa, sustentada no pleno respeito dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Além disso, propõe uma agenda de demandas para construir essa relação. Entre elas, destacam-se:

- Um pronunciamento claro e enérgico dos governos participantes da cúpula contra as ações bélicas e políticas unilaterais praticadas pelas potências centrais no Oriente Médio, além de uma firme condenação contra a tortura praticada pelos EUA e seus aliados nas prisões do Iraque, da defesa do fim do seqüestro e tortura de presos em Guantánamo, e da retirada das tropas invasoras do Iraque;
- Impedir o processo crescente de ocupação militar na América Latina e Caribe, acompanhado por uma sistemática violação dos direitos humanos e pela ingerência política e militar externa contra as aspirações dos castigados povos do Haiti, Colômbia e Bolívia, principalmente;
- Fim do Plano Colômbia e do Plano Puebla Panamá, patrocinados pelo governo dos EUA;

- Promoção de um modelo de cooperação solidário em um marco de respeito aos direitos dos povos e comunidades indígenas, afrodescendentes, respeito às diferenças de gênero e pleno cumprimento dos direitos humanos;
- Os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso de destinar pelo menos 0,7% do PIB para a cooperação e promoção do desenvolvimento, buscando novas formas de redistribuição das riquezas em âmbito nacional e internacional;
- Sendo a União Européia a principal credora externa da América Latina, deve cancelar a dívida "odiosa" e renegociar a dívida externa pública sob critérios de verdadeiro desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento;
- Reconhecimento legal e econômico da agricultura familiar campesina e indígena baseado no direito da soberania alimentar e nos princípios da preservação ambiental. Utilizar livremente as sementes nativas e não permitir a sua coexistência com organismos geneticamente modificados. Exclusão do processo de liberalização comercial dos produtos estratégicos para a alimentação dos países em desenvolvimento;
- Eliminação das práticas desleais de comércio através de subsídios que respaldam preços de importação por debaixo dos custos de produção.
- Respeito aos direitos dos trabalhadores, ratificando e cumprindo os convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre liberdade sindical, direito de negociação coletiva, estabilidade no emprego, proibição do trabalho escravo e do trabalho infantil.
- Rejeição das patentes e dos direitos de propriedade intelectual sobre conhecimentos ancestrais, medicamentos e a diversidade biológica;
- Condenação da lei Helms-Burton, patrocinada pelo governo dos EUA em sua estratégia de promover um bloqueio comercial em torno de Cuba;

Manifestações - As manifestações em Guadalajara deixaram mais de 40 pessoas feridas e 100 presos. Cerca de 5 mil manifestantes participaram de protestos de rua. Cerca de 70 pessoas permanecem presas. Os movimentos sociais que organizaram as manifestações estão realizando uma campanha para tirar seus companheiros da cadeia. Os relatos dos maus tratos cometidos pela polícia dizem que os 44 ativistas foram obrigados a assinar, sob tortura, uma declaração assumindo a responsabilidade pelos crimes de motim, lesões e danos a propriedade alheia. Seus familiares também teriam sido vítimas de maus tratos por parte da polícia mexicana e a maioria deles, até domingo, não tinha conseguido falar pessoalmente com eles. (*Agencia Carta Maior*, 31/05/2004)

México vai pedir para entrar no Mercosul em julho

O presidente mexicano, Vicente Fox, pedirá a entrada do México como membro associado do Mercosul durante a reunião semestral do bloco, em julho.

O assunto foi discutido no encontro entre Fox e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 3ª Cúpula América Latina, Caribe e União Européia em Guadalajara, no México.

A solicitação formal de entrada do México como membro associado será feita em 8 de julho em Buenos Aires.

A entrada como membro associado se dará porque o México tem vários outros acordos de livre comércio e, caso fosse admitido como membro efetivo, teria de adaptar suas taxas de importação à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, entrando em conflito com os tratados que já possui (www.folha.uol.com.br, 29 maio 2004).

Cúpula UE-América Latina impulsiona aliança birregional

A Cúpula de Guadalajara, de 27 a 19 de maio, entre a União Européia (UE) e grupos regionais da América Latina, impulsionou a aliança entre ambos os blocos, ao definir uma estratégia política comum e abrir espaço para acordos de associação. A declaração aprovada pelos 58 países participantes destacou o mútuo entendimento entre UE, América Latina e o Caribe em matéria de cooperação e comércio.

A Cúpula de Guadalajara -que contou com a presença de dez novos membros da UE- marcou o início do processo para acordos de associação entre a América Central e a Comunidade Andina

(Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela) com a Europa. (Leia a íntegra da Declaração no arquivo anexo)

La UE promete aumentar inversión y ayuda en AL

La Unión Europea ofreció aumentar la inversión y la ayuda en fondos especiales de asistencia a América Latina y el Caribe, al término de una cumbre de líderes de ambas regiones de un día de duración, y en la que se destacó que la falta de desarrollo en esta región ha erosionado la convivencia social.

Al concluir la cumbre de jefes de Estado y de gobierno de América Latina, el Caribe y la Unión Europea se dio a conocer la declaración de la reunión, en la que los mandatarios reconocen que sus administraciones deben contribuir con políticas definidas a generar mayor bienestar, punto que destaca cuando alude a una región, como América Latina, donde el Estado se redujo a su mínima expresión en las pasadas dos décadas.

Sin los párrafos que exigían la democratización del Consejo de Seguridad de la ONU, condenaban la Ley Helms-Burton y las nuevas acciones de presión contra Cuba, la *Declaración de Guadalajara* establece el compromiso de consolidar la asociación estratégica birregional, acordada en Río de Janeiro en 1999.

Con un total de 104 cláusulas, el texto se divide en tres grandes apartados: multilateralismo, cohesión social y relación birregional.

En el primer apartado se reitera el apoyo al sistema multilateral; se destaca la necesidad de hacerlo más ágil y efectivo para enfrentar las amenazas y los desafíos globales y se refiere el compromiso de los participantes en la cumbre para reformar y revitalizar la ONU, incluyendo la Asamblea General y el Consejo de Seguridad, aunque se omitió un párrafo que insistía en modificar al primer organismo para que opere de manera más democrática, eficaz y transparente.

La *Declaración de Guadalajara* reitera la condena a los actos de terrorismo y resalta el compromiso, mediante la cooperación mutua, de prevenir, combatir, sancionar y eliminar esta práctica. También se establece el pleno apoyo a la Corte Penal Internacional, se pide que la ratifiquen los países que no lo han hecho y se condena todas las formas de abuso, tortura y trato inhumanos contra prisioneros de guerra, pero no se hace alusión directa al papel de Estados Unidos en las evidencias de "malos tratos" registrados en las cárceles iraquíes.

Por lo que hace al tema de la cohesión social, se destaca que la pobreza, la exclusión y la desigualdad son afrentas a la dignidad humana, que debilitan la democracia y amenazan la paz y la estabilidad. Frente a esto, los mandatarios participantes reiteran su compromiso de construir sociedades más justas mediante el fortalecimiento de la cohesión social, especialmente teniendo en consideración el principio de responsabilidad global común.

Reiteran la responsabilidad de sus gobiernos, junto con la sociedad civil, de dirigir procesos y reformas orientadas a aumentar la cohesión social, mediante el combate a la pobreza, la desigualdad y la exclusión. De esta manera se plantea fomentar la inversión social, dedicar un adecuado gasto público para este sector y promover una mejor distribución de la riqueza.

Por lo que hace a la relación birregional, los jefes de Estado y de gobierno saludan la decisión de Centroamérica y la Comunidad Andina de efectuar una valoración conjunta sobre sus respectivos procesos de integración económica. El análisis conducirá a las negociaciones entre ellos y más tarde con la Unión Europea para lograr acuerdos políticos y económicos (www.lajornada.mx, 29 maio 2004).

La UE ayudará a construir un Mercosur más solidario

La Unión Europea y una agrupación francesa aportarán cuatro millones de dólares para desarrollar el programa "Mercosur Social y Solidario", que intentará "humanizar" el proceso de integración en el cono sur americano.

El programa fue presentado en Río de Janeiro al cabo de dos días de debates que reunieron a representantes de 18 organizaciones no gubernamentales de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Chile.

La iniciativa "Mercosur Social y Solidario" busca fortalecer el trabajo de estas organizaciones civiles y ayudar a "mejorar el ejercicio de la ciudadanía y la calidad de vida de las clases sociales marginadas", dijeron los organizadores de la cita.

El Mercado Común del Sur (Mercosur), que integran Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay como socios plenos y al que están asociados Chile, Bolivia y Perú, es el mayor bloque regional de Latinoamérica.

Sin embargo, ese proceso integrador se ha concentrado en aspectos comerciales y dejado al margen "el factor humano", dijo Laudicéia Araújo, coordinadora del proyecto en Brasil.

La Unión Europea aportará tres de los cuatro millones de dólares que costará el programa "Mercosur Social y Solidario". El resto será donado por el "Comité Católico Contra el Hambre y por el Desarrollo", una organización no gubernamental francesa dedicada a programas sociales en América Latina, Asia y África.

El proyecto deberá concluir en 2007 y será desarrollado en cuatro fases, que abarcarán desde "el fortalecimiento de las organizaciones de base" hasta la elaboración de propuestas para ser presentadas a los jefes de Estado de los países miembros del bloque suramericano. (*Ultima Hora*, 25/06/2004)

Para contacto use o e-mail msilvia@uol.com.br